

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL
2ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 36, DE 26 DE OUTUBRO DE 2009

Dispõe sobre alteração de Área e Especialidade de Cargos Efetivos da Justiça Federal de Primeira Instância, da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta nos autos do P.A nº 1206/11/1997-PES, bem como o disposto no art. 5º, inciso II, da Resolução nº 568, de 04.09.2007, do Conselho da Justiça Federal, resolve, ad referendum do eg. Plenário:

Art. 1º. Alterar a Área e a Especialidade de 2 (dois) cargos vagos de Analista Judiciário, Especialidade Execução de Mandados, da Área Judiciária, do Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeira Instância da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, para as Especialidades Engenharia Civil (um) e Contadoria (um), respectivamente, da Área Apoio Especializado.

Art. 2º. Alterar a Especialidade de 2 (dois) cargos vagos de Técnico Judiciário, Sem Especialidade, da Área Administrativa, do Quadro de Pessoal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, para a Especialidade Telecomunicação e Eletricidade.

Art. 3º. A composição do Quadro de Pessoal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro fica alterada na forma do Anexo desta Resolução.

§ 1º. A alteração efetuada por esta Resolução não modifica o total de cargos na lotação geral.

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 195, DE 24 DE OUTUBRO DE 2009

Dispõe sobre a fixação das anuidades, taxas, emolumentos e multas devidas por pessoas físicas e jurídicas para o exercício de 2010 e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA - CFBio, Autarquia Federal, com personalidade jurídica de direito público, criada pela Lei nº 6.684, de 03 de setembro de 1979, alterada pela Lei nº 7.017, de 30 de agosto de 1982 e regulamentada pelo Decreto nº 88.438, de 28 de junho de 1983, no uso de suas atribuições legais e regimentais e de acordo com o art. 149 da Constituição Federal; Considerando o disposto nos artigos 5, 77, 79 incisos e alínea c/c o inciso II do artigo 145, CF; Considerando o disposto o artigo 2º e art. 5º, § 3º da Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004, publicada no DOU de 16.12.2004; e Considerando a decisão do Plenário do CFBio na CXXVIII Reunião Ordinária e 226ª Sessão Plenária, realizada no dia 24 de outubro de 2009; resolve: Art. 1º Fixar a anuidade devida por pessoa física inscrita nos Conselhos Regionais de Biologia, para o exercício de 2010, em R\$ 210,00 (Duzentos e Dez Reais), para pagamento até 31 de março de 2010. Parágrafo único. É permitido o pagamento da anuidade fixada no caput, nas seguintes condições: I - pagamento com desconto de 10%, para pagamento integral, se efetuado até 31/01/2010, no valor de R\$ 189,00 (Cento e Oitenta e Nove Reais); II - pagamento com desconto de 5%, para pagamento integral, se efetuado até 28/02/2010, no valor de R\$ 199,50 (Cento e Noventa e Nove Reais e Cinquenta Centavos); III - pagamento em três parcelas, sendo: a) a primeira, no valor de R\$ 70,00 (Setenta Reais), com vencimento em 31/01/2010; b) a segunda, no valor de R\$ 70,00 (Setenta Reais), com vencimento em 28/02/2010; c) a terceira, no valor de R\$ 70,00 (Setenta Reais), com vencimento em 31/03/2010. Art. 2º Fixar a anuidade devida por pessoa jurídica inscrita, em valores proporcionais ao capital social declarado em seu contrato social, como segue:

CAPITAL SOCIAL	
Até R\$ 500,00	84,00
R\$ 501,00 até 2.500,00	172,00
R\$ 2.501,00 até 4.500,00	256,00
R\$ 4.501,00 até 10.500,00	342,00
R\$ 10.501,00 até 50.000,00	427,00
R\$ 50.001,00 até 100.000,00	514,00
Acima de R\$ 100.000,00	858,00

Parágrafo único. Será cobrada anuidade complementar à pessoa jurídica, sempre que houver atualização do seu capital social. Art. 3º As anuidades do exercício não quitadas até 31 de março de 2010, sofrerão acréscimos de multa de 2% além de juros moratórios de 1% ao mês. Art. 4º O pagamento da anuidade de pessoa física e jurídica, até 31 de março de 2010, será efetuado em qualquer agência da rede bancária do país participante da compensação de cobrança. § 1º Após 31 de março a 31 de dezembro de 2010, os pagamentos deverão ser efetuados somente nas agências bancárias do banco indicado pelo Conselho Regional da respectiva jurisdição. § 2º Os débitos anteriores aos do exercício de 2000, expressos em UFIRs, deverão ser convertidos em Reais, sobre o valor da UFIR, de R\$ 1,0641, em vigor até 27 de outubro de 2000, data de sua extinção (MP nº 1.973-67, de 26 de outubro de 2000, art. 29, § 3º), acrescendo-se o disposto no art. 3º. Art. 5º As taxas, emolumentos e serviços terão os seguintes valores em Reais:

a) Inscrição de Pessoa Física	39,00
b) Inscrição de Pessoa Jurídica	159,00
c) Cédula de Identidade	27,00
d) Carteira de Identidade Profissional	39,00
e) Segunda Via de Cédula	48,00
f) Segunda Via de Carteira	78,00
g) Certidões / Certificados / Atestados / Renovação de TRT	27,00
h) Certidão de Acervo Técnico	39,00
i) Registro Secundário	32,00
j) Título de Especialista	161,00
l) Termo de Responsabilidade Técnica - TRT	107,00
m) Multa Eleitoral (30% da anuidade)	62,00
n) Taxa de Solicitação de Cancelamento/Licença de Registro/Transferência (10% da anuidade)	21,00
o) Anotação de Responsabilidade Técnica - ART	28,00

§ 1º Estão isentos de cobrança a certidão ou declaração que tratem da inexistência de débito junto à Tesouraria ou de processo ético-disciplinar junto ao CRBio. § 2º A Certidão de Acervo Técnico, expedida pelo processo eletrônico, será gratuita. Art. 6º Serão observados os seguintes critérios quando se tratar de primeira inscrição: I - não poderá ser parcelado o valor da primeira anuidade; II - o valor da anuidade cobrada será igual aos duodécimos correspondentes aos meses restantes do exercício. Art. 7º Ficam isentos da primeira anuidade os graduados em até doze meses de sua colação de grau. Art. 8º Cabe o parcelamento dos débitos em atraso de exercícios anteriores dos Biólogos inscritos, bem como das empresas registradas no Conselho Regional de Biologia da respectiva jurisdição, nos seguintes moldes: I - o pedido de parcelamento deverá ser efetuado por meio de requerimento dirigido ao Conselho Regional de Biologia competente, considerado este como aquele em que estiver inscrito o Biólogo e registrada a empresa; II - o débito em atraso será consolidado na data do pedido de parcelamento, acrescido de multa, juros moratórios e correção monetária, nos termos da legislação vigente no País; III - após a consolidação de que trata o inciso anterior, proceder-se-á à divisão do montante apurado pelo número de parcelas mensais; IV - a falta do pagamento de qualquer das parcelas implicará no vencimento automático do remanescente do débito parcelado, ficando o Conselho Regional competente autorizado a expedir certidão relativa aos respectivos créditos, a qual terá força de título executivo extrajudicial, procedendo-se à sua execução inclusive com sua inserção em Dívida Ativa. Parágrafo único. A expressão débito em atraso abrange as anuidades, taxas e emolumentos, atualizados nos termos do inciso II deste artigo. Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2010, revogando-se especialmente a Resolução nº 155, de 16 de agosto de 2008, publicada no DOU de 15 de outubro de 2008.

MARIA DO CARMO BRANDÃO TEIXEIRA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 916, DE 9 DE OUTUBRO DE 2009

Altera e Consolida o Plano de Cargos, Carreiras e Salários do CFMV e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, alínea "f" da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968,

§ 2º. Os cargos das Especialidades criadas por esta Resolução serão providos mediante concurso público, na forma do art. 37, II, da Constituição Federal, sendo suas atribuições previstas na Resolução nº 212, de 27.09.1999, do Conselho da Justiça Federal.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Des. Federal PAULO ESPIRITO SANTO

ANEXO

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Cargo	Classe	Padrão	Situação Anterior	Situação Atual
			Quantidade	Quantidade
Analista Judiciário/Execução de Mandados	A	1 a 5	402	400
	B	6 a 10		
	C	11 a 15		
Analista Judiciário/Engenharia Civil	A	1 a 5	3	4
	B	6 a 10		
	C	11 a 15		
Analista Judiciário/Contadoria	A	1 a 5	4	5
	B	6 a 10		
	C	11 a 15		
Técnico Judiciário/Sem Especialidade	A	1 a 5	1262	1260
	B	6 a 10		
	C	11 a 15		
Técnico Judiciário/Telecomunicação e Eletricidade	A	1 a 5	0	2
	B	6 a 10		
	C	11 a 15		

considerando a necessidade de revisão e/ou reformulação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários do CFMV, no intuito de criar instrumentos eficientes de avaliar e gerir os recursos humanos do órgão, bem como adequar o seu funcionamento às competências e políticas administrativas atuais,

considerando as propostas apresentadas e as negociações entabuladas com os servidores do CFMV para esse fim, considerando a deliberação da Plenária do CFMV na CCX-XII Sessão Plenária Ordinária, realizada nos dias 08 e 09/10/2009, considerando a implantação do novo modelo de gestão baseado em competências de gestão e resultados, resolve:

Art. 1º Alterar e Consolidar o Plano de Cargos, Carreiras e Salários - PCCS do Conselho Federal de Medicina Veterinária, que é parte integrante desta Resolução.

Art. 2º O quadro de empregos passa a ter a seguinte constituição de categorias e cargos:

I - Profissional de Atividades Básicas - PAB, nos cargos de: a) Auxiliar Operacional; b) Cozinheiro.

II - Profissional de Atividades Intermediárias - PAI, nos cargos de: a) Assistente de Suporte Administrativo; b) Motorista Administrativo; c) Técnico Contábil; d) Técnico de Informática.

III - Profissional de Atividades Técnicas - PAT, nos cargos de: a) Analista de Sistemas; b) Arquivista; c) Contador; d) Jornalista; e) Outra Denominação Profissional necessária correspondente.

IV - Profissional de Atividades Especializadas - PAE, nos cargos de: a) Administrador; b) Advogado.

Art. 3º O Plano de Cargos, Carreiras e Salários ora consolidado e aprovado será submetido a registro de homologação junto à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Distrito Federal.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especificamente a Resolução nº 837, de 04 de agosto de 2006.

BENEDITO FORTES DE ARRUDA
Presidente do Conselho

JOAQUIM LAIR
Secretário-Geral

CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA

RETIFICAÇÃO

Com relação ao artigo 10º, item b, da Resolução CONTER nº 10 de 16 de outubro de 2009, publicada no D.O.U. de 21 de outubro de 2009, seção 1, página 66, onde se lê: "Cédula de Identidade Profissional 126,00", leia-se: "Cédula de Identidade Profissional 26,00". Brasília, 22/10/2009.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL
19ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 16, DE 14 DE OUTUBRO DE 2009

Estabelece o valor da anuidade para exercício de 2010, de pessoa física e de pessoa jurídica, no âmbito do Conselho Regional de Serviço Social (Cress) 19ª Região-Goiás e determina outras providências.

A Presidente do Conselho Regional de Serviço Social (Cress) 19ª Região-Goiás, no uso de suas atribuições legais e regimentais:

CONSIDERANDO as deliberações da Resolução CFESS Nº 558/2009, e a deliberação das(os) assistentes sociais presentes na II Assembléia Geral Ordinária realizada no dia 2 de outubro de 2009, relativas ao estabelecimento do valor para a fixação da anuidade de